

As dificuldades e os desafios das pessoas com deficiência na pandemia da COVID-19

The difficulties and challenges of people with disabilities in the COVID-19 pandemic

Andriely Gonçalves da Silva

Graduanda em Psicologia; Uniredentor, Itaperuna, RJ, Brasil;
silvaandriely049@gmail.com

João Vítor Mozer Ribeiro

Graduando em Psicologia; Uniredentor, Itaperuna, RJ, Brasil;
jvmozer@gmail.com

Júlia Ferreira da Silva

Graduanda em Psicologia; Uniredentor, Itaperuna, RJ, Brasil;
lulusilva696@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como intuito analisar os impactos da COVID-19 nas pessoas com deficiência, já que a situação delas antes desse fenômeno já era negligenciada em vários aspectos. Nesse sentido, se propõem a investigar como tem sido essa adaptação frente às questões do cotidiano, diante das novas normas e aquisições dos hábitos de prevenção e cuidado. Com base nessas questões, estruturou-se uma pesquisa, por meio de um formulário online, que buscou averiguar qual o suporte dado a esse público alvo nessa situação atípica. Apesar de terem ocorrido várias reestruturações sobre a representação social das pessoas com deficiência, ainda é necessária uma mudança mais expressiva, de forma a englobar eles como um todo no meio social e fazer valer tanto a inclusão, como a acessibilidade.

Descritores: COVID-19; Psicologia Comunitária; Pessoas com deficiência; Saúde Mental.

Abstract

This article aims to analyze the impacts of COVID-19 on people with disabilities, since their situation before this phenomenon has already been neglected in several respects. In this sense, it proposes to investigate how this adaptation has been in the face of everyday issues, in the face of new norms and acquired habits of prevention and care. Based on these questions, a survey was structured using an online form, which sought to verify the support given to this target audience in this atypical situation. Although several restructurings have taken place on the social representation of people with disabilities, a more expressive change is still necessary, in order to encompass them as a whole in the social environment and enforce both inclusion and accessibility.

Keywords: COVID-19; Community Psychology; Disabled people; Mental health.

Introdução

Desde a antiguidade, as pessoas com deficiência foram extremamente estigmatizadas e negligenciadas, sendo negado seus direitos e sua própria identidade. Tanto por suas condições físicas quanto por aspectos de desigualdades sociais, falta de acessibilidade e tantas outras barreiras sociais, que deram vida ao preconceito direcionada a elas. No Antigo Egito, os médicos acreditavam que as doenças graves e as deficiências físicas ou os problemas mentais graves eram provocados por maus espíritos, por demônios ou por pecados de vidas anteriores que deveriam ser pagos (Silva, 1987).

Nesse sentido, esse grupo de pessoas que tinham pouca visibilidade antes do aparecimento desse fenômeno ameaçador, a COVID-19, ficaram ainda mais à margem da vulnerabilidade social. Dessa forma, a educação que para elas já era um desafio, deveria se tornar inclusiva também nos meios digitais. No mercado de trabalho, no qual sua inserção é tão difícil, no período da pandemia, elas se destacam novamente como os primeiros alvos de demissão. Além disso, algumas das pessoas com deficiência fazem parte do grupo de risco, o que torna as medidas de prevenção algo ainda mais significativas. Por outro lado, a outra parcela que não faz parte do grupo de risco teve sua rotina totalmente alterada pelas medidas de restrição e prevenção, muitas vezes ficando sem assistência na saúde, no lazer, no cuidado pessoal e outros.

Diante disso, é necessário realizar uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência na pandemia, com o intuito de verificar como tem sido o cotidiano deles frente a esse fenômeno ameaçador. Em virtude das representações sociais que estão sendo criadas, especular se isso não tem reforçado o estigma designado a essa população. Pretende-se com esse estudo verificar se os direitos dessas pessoas estão sendo assegurados, se a informação está sendo propagada de maneira inclusiva. Faz-se necessário investigar os possíveis entraves enfrentados por elas nesse período pandêmico, para com isso, apresentar uma análise dos impactos desse cenário.

Sendo assim, para a realização teórica foi feita uma pesquisa exploratória bibliográfica, com método qualitativo de análise dos dados, articulando, com isso, alguns conceitos da Psicologia Comunitária. Com intuito de implementar a fundamentação teórica, foram realizadas buscas em plataformas como *SCIELO*, *Google Acadêmico*, entre outras. Como ferramenta de coleta de informações, foi aplicado um formulário, do *Google Forms*, por meio da internet, com perguntas limitadas a “sim”, “não” e “indiferente”, além de uma pergunta aberta.

Fundamentação teórica

No final de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de emergência de saúde pública de importância internacional em função do surto da Covid-19. O aparecimento súbito de um fenômeno ameaçador, como esse, tende a induzir abruptamente uma reestruturação social, a imposição de novas normas e a criação de representações sociais (Moscovici, 2015). Isso tem se apresentado nesse cenário, tendo em vista que, as pessoas que antes eram livres, tiveram que acatar as normas de isolamento, os novos hábitos cotidianos, uma adesão de severos padrões de higiene, desde lavar as mãos até passar álcool e lavar

massivamente os objetos que utilizam. No entanto, algumas pessoas já convivem com essa situação privativa, de violação dos direitos. Dentre elas, figuram-se as pessoas com deficiência, que apesar de terem os seus direitos assegurados pela lei, eles são violados e nesse período atípico essa situação tende a se agravar.

Consequentemente, a Lei Brasileira de inclusão social (2015) regulamenta que em emergências, todas as pessoas com deficiência devem ser incluídas em uma condição de vulnerabilidade. Nem todo esse grupo é considerado de risco, contudo, isto contribui para que se mantenham ativamente em suas tarefas, mesmo diante dessa situação de intensas mudanças. Então, é importante ressaltar que, é raro a acessibilidade se fazer presente no meio social, começando pelas informações, que são de extrema importância para diminuir os impactos da pandemia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) aconselha o uso de máscaras como parte de um conjunto completo de medidas de prevenção e controle cujo objetivo é frear a propagação do SARS-CoV-2, o vírus que causa a COVID-19. No entanto, o uso da máscara (OMS, 2020), uma proteção individual obrigatória para livre circulação, pode ser um entrave para a população surda, tendo em vista que alguns deles fazem o uso da leitura labial. Entre outras situações, como as questões de higiene, que podem ser dificultadas em ambientes públicos, já que as pias e lavatórios são mal posicionadas, assim como o álcool em gel, em um cenário como esse. O Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2020) observou esses entraves, que evidenciam a necessidade de dispor de recursos tecnológicos humanos capazes de garantir às pessoas com deficiência a mesma qualidade de atendimento oferecida às demais.

Entretanto, o governo apresentou o Plano de Contingência para Pessoas com Deficiência (CNN Brasil, 2020) durante a pandemia, que visava trazer informações inclusivas, dispostas em cartilhas, *cards* e vídeos, além de uma ouvidoria com atendimento em libras e um plano econômico para esse grupo. Porém, não basta apenas implementar essas medidas, elas têm que ser efetivadas, de forma abrangente, com intuito de suprir todas as necessidades dessa população. Como afirma Sasaki (2010), o meio social interiorizou que pela deficiência ser algo exclusivo da pessoa, basta prover-lhes alguns serviços e tudo estaria de acordo.

Além disso, as medidas de isolamento impactam também os serviços de saúde e assistência, tendo em vista que os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) tiveram que flexibilizar os atendimentos. As pessoas com deficiência que precisam de cuidadores e serviços de *home care* tiveram que escolher entre manter ou não

esses serviços, mesmo com o risco de contágio. Nesse sentido, as famílias que optaram por dispensar os cuidados supracitados ficaram com mais afazeres, assumindo então as tarefas desses profissionais, o que pode causar uma sobrecarga emocional.

As tarefas do cotidiano e as de cuidado com a saúde da pessoa com deficiência passaram a ser de responsabilidade da família. Essa sobrecarga nas relações familiares, com o aumento de responsabilidades e tarefas pode gerar os maus tratos e a violação de direitos. Durante esse período pandêmico, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) tem recebido denúncias de violações aos direitos humanos decorrentes da pandemia, com isso é possível perceber uma relação entre os altos índices da doença e a disseminação da violência. A região sudeste que tinha uma maior concentração da doença entre maio e julho de 2020, também teve aumento no número de denúncias.

De forma análoga, o paradigma ecológico estruturado na Psicologia Comunitária (Sarriera & Saforcada, 2017) já ressaltava a importância dessa integração do homem com o meio, assim como analisar a real situação da comunidade e das pessoas, com intuito de traçar meios que ajudem nessas situações. Sendo assim, a vida da pessoa com deficiência tem que ser pensada em relação com o seu meio social, temporal e familiar. Haja vista que, nesse período de pandemia as escolas, o trabalho e as atividades de lazer se adequaram as medidas de segurança. Contudo, é importante destacar a necessidade de integração dessas atividades a esse grupo de pessoas, trazendo a educação inclusiva para os meios digitais, o suporte no local de serviço e no *home office*, além das atividades de lazer, como as *lives*, que disponibilizaram os intérpretes de libras.

Em 03 de dezembro de 1982, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (Resolução nº 37/52), que tem como postulado básico a igualdade de oportunidades, garantindo a todos os deficientes o acesso ao sistema geral da sociedade, meio físico e cultural, habitação, transporte, serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, e, inclusive, instalações esportivas e de lazer (ONU, 1982).

No meio social, as coisas que fogem do dito “normal”, logo são alvos de discriminação e repulsa por parte da população, pessoas que escapam desse padrão são prejudicadas e vistas como invisíveis em ambientes sociais e de trabalho, seja de forma implícita ou explícita. Sendo assim, as pessoas tendem a reforçar aquele pressuposto descrito no livro *O Estigma* de Erving Goffman (1963), no qual o diferente é isolado. No cenário atual, em que a comunidade científica está totalmente focada em combater a propagação e a letalidade da doença, as

consequências psicológicas que uma pandemia pode acarretar foram esquecidas. Zhang, Wu, Wu e Zhang (2020), relataram que os principais impactos são o medo e o pânico generalizados, os distúrbios de ajustamento e a depressão. Essa ruptura na malha cotidiana implica na constituição de uma experiência única, em que cada um vai enfrentar esse fenômeno ou paralisar diante dele (Cardoso & Evangelista, 2020).

Consequente, dentro dessa proposta ecológica (Sarriera & Saforcada, 2017), tem-se a intensificação das forças do coletivo. Entendendo que esses sujeitos não estão sozinhos, ou não deveriam estar, o ambiente no qual estão inseridos tem a necessidade de possibilitar o seu bem-estar. Porém, existe uma grande sonegação dos direitos e um desmembramento deles da sociedade. Essa característica é algo que veio se construindo ao longo da história, desde os tempos em que as suas particularidades eram atribuídas a castigos divinos, e por isso esses eram obrigados a viverem distanciados do restante "normal". No entanto, é preciso desconstruir esse estigma que tanto fere esse grupo.

Além dessas implicações, outra questão que se direciona a esses indivíduos é que assim como as demais pessoas, elas têm sofrido o impacto em sua saúde mental, por conta das tamanhas perdas e do medo de contraírem a infecção. A sociedade tende a ter uma percepção distorcida em relação às pessoas com deficiência, o que acaba por refletir na saúde mental desse povo, já que isso gera a segregação. Segundo Iniguez (2001), a identidade provém da identificação e diferenciação com os quais se mantém relações. A interação foi muito afetada no período de pandemia, assim como os serviços de assistência, como a Psicologia, o que pode resultar em um prejuízo nos cuidados da saúde mental.

Em face do exposto, é importante observar se ocorreram modificações nas bases das representações sociais em relação às pessoas com deficiência, refletir se esses estigmas relatados foram desconstruídos ou se eles irão se intensificar. Dessa forma, ver como a sociedade se adaptou a essas condições, como se ressaltam, algumas mudanças, por exemplo nas *lives*, que disponibilizaram o intérprete de libras, possibilitando o acesso ao entretenimento a esse público. Assim, como afirma Jodelet (2011, p. 26), as representações devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir.

A partir das considerações expostas acima, ressalta-se a importância da análise situacional em paralelo com o contexto social, assim como proposto pela Psicologia Comunitária, tentar entender as condições do homem como sujeito de uma comunidade.

Enfim, constituir as inter-relações que incrementam, mantêm ou modificam a situação das pessoas com deficiência dentro do meio social frente a COVID-19. Bland (2020), considera a vivência da pandemia da covid-19 como intensificadora de dilemas existenciais.

Resultados e discussões

A realização da pesquisa através do *Google Forms*, teve como intuito analisar a situação das pessoas com deficiência na pandemia da COVID-19, para verificar como está sendo seu cotidiano frente a essas novas adaptações. Com a aplicação do questionário, foi possível constatar que os resultados reafirmaram as dificuldades e os desafios encontrados pelo público-alvo. Em um cenário atípico como esse, no qual a estrutura social está totalmente alterada, essas pessoas tendem a ficar no esquecimento, sendo negado o acesso à informação, a saúde, a acessibilidade e a assistência. A saúde mental, diante de todas essas negações citadas, somadas ao possível risco de contaminação iminente, é impactada, o que causa sérios prejuízos psicológicos.

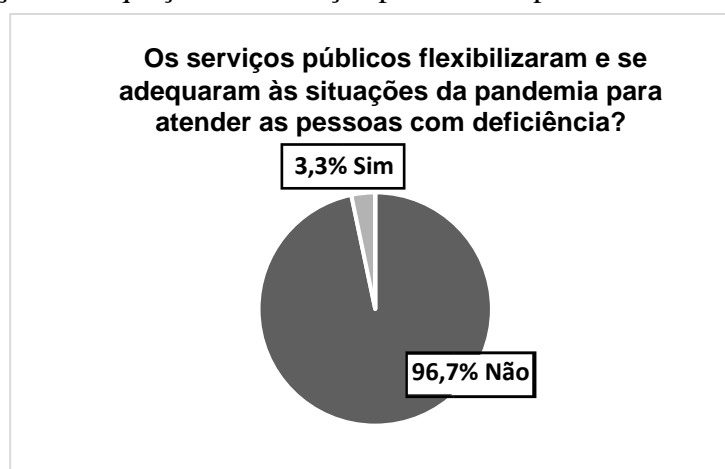
Esta amostra contou com a participação de 30 integrantes e foi devidamente aprovada pelo comitê de ética e acordada com a população do estudo com o termo de livre esclarecimento. A pesquisa teve como público-alvo residentes da Região Sudeste do Brasil, direcionada a pessoas com deficiência, indiferente de gênero e idade. Sendo assim, 56,7 % das pessoas da amostra afirmaram que as informações preventivas não estão se dando de forma acessível, enquanto 30% responderam que ela está se propagando de forma acessível e 13,3% se mostraram indiferentes à pergunta. Com isso, é perceptível que a maioria não acredita que de fato as informações estão chegando para toda a população, refutando a validação do plano de governo que assegura esse direito, deixando uma lacuna no acesso dessas pessoas. Em relação a adaptação da rotina de isolamento, 60% das pessoas afirmaram que foi difícil, já 26,7% consideraram fácil e 13,3% se mostraram indiferentes à pesquisa.

Por conta do cenário da COVID-19, com altos índices de transmissão, a adequação ao *Home Office* foi um meio usado para realizar o trabalho em casa, porém, as ferramentas utilizadas para essa implementação podem não ser compatíveis com as necessidades dessas pessoas. Na amostra, 68,4% disseram que as ferramentas eram acessíveis, enquanto 31,6% disseram que não. Ademais, no âmbito educacional eles adotaram esse mesmo meio do *Home Office* se adequando as suas especificidades, quanto a questão da inclusão a pesquisa revelou resultados inconclusos, já que metade das pessoas acreditam que está sendo um ensino inclusivo e outra parcela acredita que não.

O gráfico 1 indica um percentual elevado de pessoas que consideram que a flexibilização e adequação dos serviços públicos na pandemia não se adequaram para atender as demandas das pessoas com deficiência. Isso reflete um desamparo assistencial por parte dos órgãos públicos, já que em uma pergunta posterior 66,7% afirmaram terem precisado desses serviços públicos e assistenciais.

Gráfico 01

Análise da flexibilização e adequação dos serviços públicos na pandemia de forma inclusiva.



Fonte: pesquisa no *Google Forms* elaborada pelos autores.

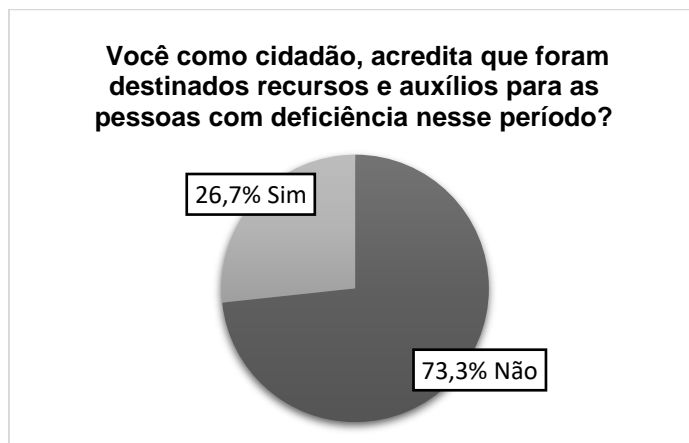
A pandemia trouxe uma série de cuidados com a saúde e os métodos de prevenção e higiene se intensificaram nesse período. Diante disso, 63,3% confirmaram que eles complicaram a rotina diária, já 20% das pessoas consideraram que não interferiu tanto assim e 16,7% se mostraram indiferente a pergunta.

Em análise do gráfico 2, é possível perceber que as pessoas não acreditam terem sido destinados recursos e auxílios para esse público da pesquisa, seja por ineficiência do plano econômico apresentado pelo governo, ou por falta de conhecimento acerca dele. Isso ressalta a falta de divulgação dessa proposta, que pode ter se dado pela má difusão da informação, isso vai implicar na sonegação dos direitos dessas pessoas.

Assim, se tratando da imagem do deficiente frente ao meio social, há uma dúvida se ela vem se alterando com o tempo, desconstruindo os estigmas e preconceitos, ou se ela se mantém estável. Quanto a isso, a maior parte do público-alvo respondeu que não vê alterações, ou que elas se dão de forma lenta e insignificantes, ressaltando que ainda há muito a ser feito. Já uma pequena parcela acredita que ela está ocorrendo, porém, somadas a outros impasses que as mudanças inserem em sua vida, como, por exemplo, o uso de máscaras e o *Home Office*.

Gráfico 02

Foram destinados recursos e auxílios para pessoas com deficiência nesse período?



Fonte: pesquisa no *Google Forms* elaborada pelos autores.

Dentre os diversos relatos na pergunta aberta, o selecionado para mostrar a relevância desse estudo é este:

Não vejo muita mudança, sou deficiente auditiva, mas nem sempre ou quase nunca sou tratada como prioridade, as pessoas olham pra mim como se eu não tivesse nada e se comportam de maneira inadequada fazendo pouco caso da minha dificuldade. Inclusive nessa época de pandemia nenhum órgão público impôs uso obrigatório de máscara com transparência pra facilitar a leitura labial da gente que é surdo, inclusive hospitais que teriam de ter um atendimento priorizado neste sentido (...). (Informação descrita por participante em pergunta aberta, 2020).

Considerações finais

Com as discussões formuladas com base em informações presentes na literatura utilizada e a análise dos dados fornecidos pela pesquisa, se evidenciou que muito ainda deve ser realizado para que as pessoas com deficiência possam ter o acesso total dos seus direitos. Em uma situação de reorganização social, como ocorreu durante a pandemia, a desassistência e a exclusão se intensificaram, tendo em vista que o isolamento e as medidas protetivas contribuíram para a desagregação social. Ainda que alguns aspectos tenham se mostrados positivos, como a preponderância da acessibilidade nos serviços de *Home office* e a inclusão das libras nas *lives* e programas de entretenimento, os recursos econômicos e de saúde ficaram desassistidos. Isso mostra uma necessidade de efetivar os postulados do paradigma ecológico, que propõem uma intensificação das forças do coletivo para garantia da coesão social, para que todos tenham seus direitos e sejam respeitados diante da sua singularidade.

Referências

- Bland, A. (2020). Existential Givens in the COVID-19 Crisis. *Journal of Humanistic Psychology*, 60(5), 710–724. <https://doi.org/10.1177/0022167820940186>.
- Brotero, Mathias. (2020, 25 de ago.). Governo apresenta plano para pessoas com deficiência na pandemia da COVID- 19. *CNN Brasil*. Recuperado de: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-apresenta-plano-para-pessoas-com-deficiencia-durante-a-pandemia/>.
- Cardoso, Claudia, & Evangelista, Paulo. (2020). Aconselhamento psicológico fenomenológico-existencial online como possibilidade de atenção psicológica durante a pandemia da COVID-19. *Perspectivas em Psicologia*, 24(2), pp. 129-153 Recuperado de; <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasepsicologia/article/view/58492#:~:text=A%20pandemia%20de%20COVID%2D19%20interrompeu%20as%20atividades%20presenciais%20em,estigmatiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20exclus%C3%A3o%20e%20depress%C3%A3o.>
- Conselho Nacional de Saúde. (2020, 17 de set.). *Recomendação n° 019, de 6 de abril de 2020*. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1095-recomendacao-n-019-de-06-de-abril-de-2020>.
- Goffman, Erving. (1963). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4a ed. Revisada). Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Ministério já recebeu quase 5 mil denúncias de violações de direitos humanos relacionadas ao novo coronavírus*. (2020, 07 abr.). Recuperado de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/ministerio-ja-recebeu-quase-5-mil-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos-relacionadas-ao-novo-coronavirus>.
- Iniguez, Lupicínio. (2001). Identidad: de lo personal a lo social. In E. Crespo (Ed.), *La Constitución social de lasubjetividad* (pp.209-225). Madrid: Catarata.
- Jodelet, Denise. (2011). *Teoria das representações sociais: 50 anos, A fecundidade múltipla da obra “A psicanálise, sua imagem e seu público”* (pp. 305-332). Brasília, DF: Technopolitik.
- Marcílio, Maria. (2016). Programa de ação mundial para as pessoas deficientes. *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP*. (Original published in 1982).

Moscovici, Serge. (2015). *Representações Sociais: investigações em psicologia social* (11a ed. Revisada). Petrópolis, RJ: Vozes.

Organização Mundial da Saúde. (2020, 21 de set.). *Prevenção e controle de infecções agudas com potencial epidêmico e pandêmico em serviços de saúde*. Recuperado de: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/112656/9789241507134_eng.pdf?sequence=1.

Sarriera, Jorge, & Saforcada, Enrique. *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, 2017.

Sarriera, Jorge. (2010). O paradigma ecológico na psicologia comunitária: do contexto à complexidade. In: Sarriera, Jorge, & Saforcada, Enrique (Ed.), *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas* (pp. 27-48). Porto Alegre, RS: Sulina.

Sasaki, Romeu. (2010). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos* (8a ed. Revisada). Rio de Janeiro, RJ: WVA.

Silva, Otto. (1987). *A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje* (p.79). São Paulo, SP: Cedas.

Tradução das declarações feitas pela Representação da Organização Pan-Americana da Saúde. (2020, 06 de julho). OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto do coronavírus. *OPAS Brasil*. Recuperado de: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>.

Zhang, J., Wu, W., Wu, X.Z., & Zhang, W. (2020) *Recommended psychological crisisintervention response to the 2019 novel coronavirus pneumonia outbreak in China: a model of West China Hospital*. *Precision Clinical Medicine*, 3(1), pp. 3-8. <https://doi.org/10.1093/pmedi/pbaa006>.